

REVISTA

SAPIENTIA

Nº 44 ANO 10 – SETEMBRO/DEZEMBRO 2022



DIPLOMATA

MARISE RIBEIRO NOGUEIRA

O Brasil e a Ucrânia

(Roberto Abdenur)

Igualdade racial:
como o caso americano
pode inspirar

(Lucas de Souza Martins)

Tempos de conflito:
consequências para a
Política Externa Brasileira

(Roberto Teixeira da Costa)

EXPEDIENTE

Direção Geral

Priscila Zillo Sobral

Coordenadora e Editora-Chefe

Fernanda Magnotta

Revisão

Tg3 Design e Conteúdo

Agradecimentos

Marise Ribeiro Nogueira

Mayara Ribeiro

Lucas de Souza Martins

Luiz Mochiatti

Paulo Matiazi

Regina Araújo

Roberto Abdenur

Roberto Teixeira da Costa

Endereço

Av. Queiroz Filho, 1560 - Vila Hamburguesa,

São Paulo - SP - Brasil - CEP: 05319-000

ISSN da publicação digital: 2446-8827

EDITORIAL

Seja muito bem-vindo à 44ª edição da Revista Sapiencia.

Nesta edição, iniciamos nossa revista com uma entrevista com a **diplomata Marise Ribeiro Nogueira**, que compartilhou conosco um pouco de sua trajetória profissional e falou sobre as questões raciais na diplomacia.

Em **Sobre Diplomacia**, falamos sobre a postura do Brasil frente à guerra na Ucrânia.

Já em **Espaço Aberto**, o especialista em relações EUA-Brasil, Lucas Martins, discorreu sobre o tema da igualdade racial e como o caso americano pode inspirar.

Depois, em **Perspectivas da Política Externa**, o economista e também membro do Instituto de Relações Internacionais da USP, Roberto Teixeira da Costa, abordou as consequências de tempos de conflito para a Política Externa Brasileira.

Em seguida, em **Professor Sapiencia Comenta**, a professora de Direito do Sapiencia, Mayara Ribeiro, falou sobre a diplomacia da saúde.

Por fim, não se esqueça de conferir as **Iniciativas Sapiencia**, com tudo que aconteceu por aqui nos últimos meses, e as indicações especiais dos nossos professores em **Sapiencia Indica**.

Boa leitura!

ADVERTÊNCIA

A Revista Sapiéntia é uma publicação do Curso Sapiéntia, preparatório para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata. Seu conteúdo tem cunho estritamente acadêmico sem nenhuma relação oficial com o Ministério das Relações Exteriores ou quaisquer outros órgãos do governo. Tampouco as opiniões dos entrevistados e autores dos artigos publicados expressam ou espelham as opiniões da instituição Sapiéntia. Esta revista é imparcial política e ideologicamente e procurará sempre democratizar as discussões, ouvindo diferentes opiniões sobre um mesmo tema. Nosso maior objetivo é fomentar o debate, salutar à democracia e à construção do conhecimento e da sabedoria dos candidatos à Carreira de Diplomata. A marca Sapiéntia é patenteada. É permitida a reprodução das matérias e dos artigos, desde que previamente autorizada por escrito pela Direção da Revista Sapiéntia, com crédito da fonte.

SUMÁRIO

8

ENTREVISTA DE CAPA

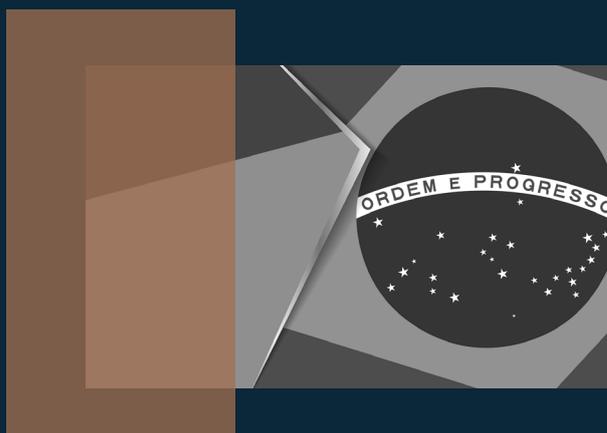
Diplomata
Marise Ribeiro Nogueira



16

SOBRE DIPLOMACIA

O Brasil e a Ucrânia
Roberto Abdenur



23

ESPAÇO ABERTO

Igualdade racial: como o caso
americano pode inspirar
Lucas de Souza Martins



28

PERSPECTIVAS DA POLÍTICA EXTERNA

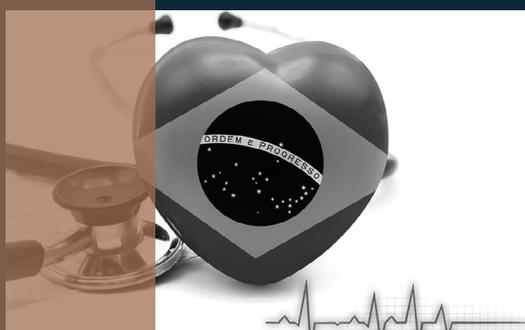
Tempos de conflito:
consequências para a
Política Externa Brasileira
Roberto Teixeira da Costa



33

PROFESSOR SAPIENTIA COMENTA

Diplomacia da Saúde
Mayara Ribeiro



46

INICIATIVAS SAPIENTIA

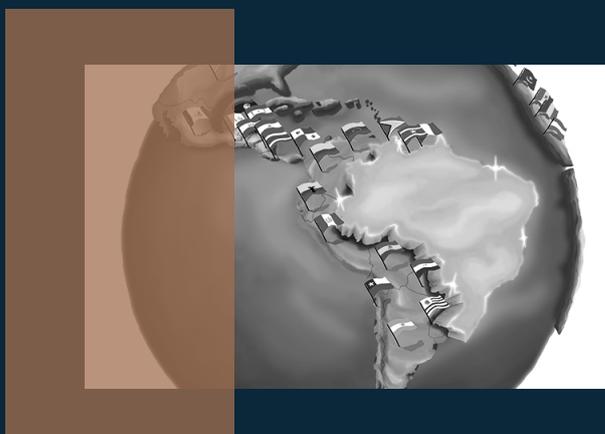
Saiba mais sobre o Curso Regular Extensivo 2.0, o Programa Primeiros Passos e as Trilhas de Francês e Espanhol do Zero para o CACD nesta edição da Revista Sapiencia



52

SAPIENTIA INDICA

Os professores do Curso Sapiencia, Regina Araújo e Luiz Mochiatti, fazem indicações de conteúdos para complementar os estudos para o CACD.



57

CHARGE

O retorno ao cenário internacional
Paulo Matiazi



diplomata

Marise RIBEIRO Nogueira

Natural de Niterói, RJ, graduada em Medicina pela UNIRIO, Mestre em Radiologia pela UFRJ, “*médecin attachée*” da Universidade de Paris. Ingressou no Ministério das Relações Exteriores como diplomata, em 2003. Como médica radiologista, trabalhou nos setores público e privado. No Itamaraty, trabalhou nas áreas de saúde internacional, direitos humanos, consular e administração, em Brasília e nas Embaixadas do Brasil em Buenos Aires, Lima e Washington. Atualmente, é conselheira na Embaixada do Brasil no Panamá.



Diplomata Marise Ribeiro Nogueira na Organização Mundial de Saúde, em Genebra, durante a Primeira Reunião de Protocolo de Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco, em 2018.

Marise Nogueira / Acervo pessoal



Revista Sapia - Marise, poderia compartilhar conosco um pouco de sua trajetória profissional como diplomata? Como foi a escolha por essa carreira e como tem sido o caminho até o momento?

Marise Nogueira - Ingressei no Itamaraty em 2003, casada, mãe de duas crianças, vindo de 15 anos de carreira como médica radiologista. Essa resignificação teve múltiplos fatores, entre os quais destaco o interesse por política externa e a consciência da sub-representação de pessoas negras na diplomacia brasileira. Durante a residência médica e o mestrado, tinha vivido na França e alguns meses na Alemanha, experiências de rico aprendizado e que deixaram o gosto pela vida de expatriada. A decisão valeu a pena, ainda que não goste nem de lembrar do ano intenso de preparação para o concurso, de muito sacrifício pessoal e familiar.

O início da minha carreira diplomática foi marcado pelo fato de ter sido a primeira bolsista do Programa de Ação Afirmativa para afrodescendentes (PAA) do Instituto Rio Branco a ser aprovada no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD). Considero minha carreira exitosa, pelas oportunidades de ter servido em postos importantes, como as embaixadas em Buenos Aires, Washington e Lima, e ter



Diplomata Marise Ribeiro Nogueira com os secretários Jackson Oliveira e Ernesto Mané Júnior em Washington.

Marise Nogueira / Acervo pessoal



chegado ao nível de conselheira com 13 anos de serviço exterior. Além disso, trabalhei com temas relevantes e do meu interesse, como direitos humanos e diplomacia da saúde.

Revista Sapiencia - Quais foram as suas experiências mais marcantes até agora? Que momentos destaca?

Marise Nogueira - Na Embaixada, em Buenos Aires, onde estive de 2007 a 2010, a promoção da igualdade racial era uma das prioridades. Conseguimos mapear os diferentes grupos de afro-argentinos e imigrantes negros, inclusive brasileiros, reuni-los e receber, junto com eles, o Ilê Ayê e a Velha Guarda da Portela em Buenos Aires. As ações serviram para consolidar a liderança regional do Brasil na discussão das questões raciais.

Revista Sapiencia - A questão racial foi um gargalo em algum momento de sua trajetória?

Marise Nogueira - Não.

Revista Sapiencia - Houve alguma situação em que ser negra fez a diferença na atuação diplomática?

Marise Nogueira - Certa vez, fui abordada em uma reunião internacional, nos EUA, pelo embaixador que era o então representante da Comunidade do Caribe (Caricom), que me felicitou dizendo que nunca tinha visto diplomatas negros brasileiros e solicitou contato com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) para explorar possibilidades de cooperação. Mais recentemente, fui contatada por diplomatas estadunidenses por ter aparecido, junto aos secretários Jackson Oliveira e Ernesto Mané Jr., na matéria



do O Globo, intitulada: “Pela primeira vez, três diplomatas negros ocupam postos em Washington”.

Revista Sapiëntia - Em sua opinião, o que explicaria o número baixo de diplomatas negros nos mais altos cargos da carreira?

Marise Nogueira - A sub-representação de negros e negras no Itamaraty.

Revista Sapiëntia - Quais são os principais desafios em ser negro na diplomacia brasileira?

Marise Nogueira - A batalha contra o racismo é constante em qualquer lugar social. Nas posições de subalternidade vistas com naturalidade como “lugar de preto”, a luta é pela dignidade.

Em posições de maior reconhecimento social (*status*), diplomata e outras, aos desafios pessoais se soma o peso da representatividade coletiva, a responsabilidade de que nossas falhas, muito mais que nossos acertos, sejam atribuídos à negritude, em geral.

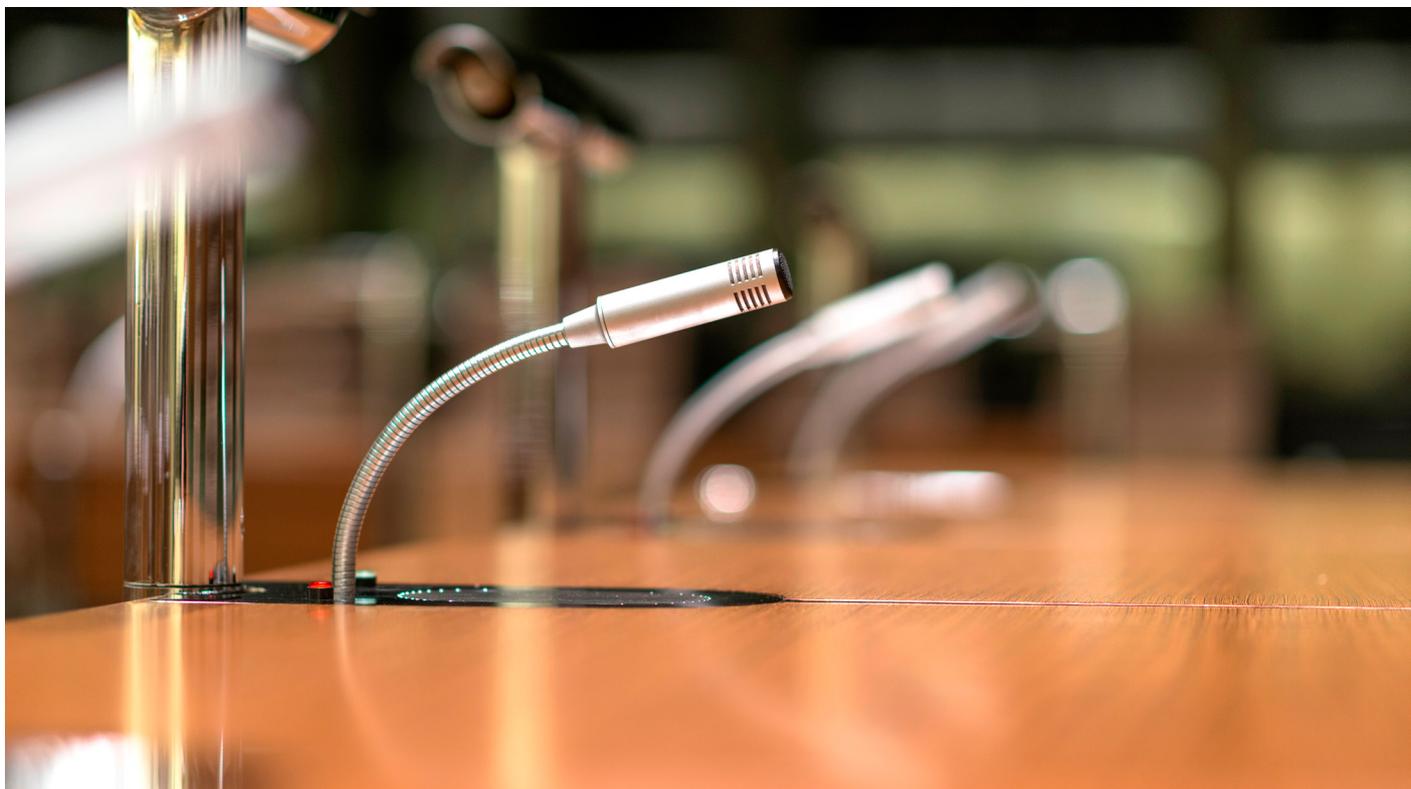
Como a diplomacia é uma atividade de representação, é preciso romper a invisibilidade, afirmar-se diuturnamente para garantir respeito. E aprender a lidar

com atitudes racistas na medida necessária – às vezes reivindicatória, às vezes altiva, outras vezes, irônica.

Revista Sapiëntia - Como vê, do ponto de vista institucional do Itamaraty, a evolução de políticas para lidar com questões raciais?

Marise Nogueira - O Itamaraty foi pioneiro na administração pública federal, ao criar, em 2002, o PAA, e a implementar a Lei de Cotas (Lei 12.990/2014), com a reserva de 20% das vagas do CACD de 2015 para candidatos negros e negras. Em 2014, foi instituído o Comitê Gestor de Gênero e Raça (CGGR), para combater a discriminação e promover a igualdade de gênero e raça no ministério. O PAA foi determinante para a aprovação, até 2021, de 49 bolsistas no CACD, respeitando os critérios de mérito do concurso, uma vez que as bolsas são outorgadas visando a preparação para o mesmo.

As cotas raciais aceleraram o ingresso de negros e negras na diplomacia, cujas notas no exame refletem o tratamento diferenciado previsto pela medida reparatória. Extinto em 2018, o CGGR foi fundamental no processo de heteroavaliação dos candidatos às cotas durante sua breve existência. No entanto, sua função ficou incompleta, tanto em relação à questão racial quanto à igualdade de gênero. Cabe recordar que o Itamaraty não é composto



Fonte: Redaktion93 / Shutterstock.com

somente por diplomatas e a desigualdade racial atinge todos os funcionários, efetivos ou terceirizados, bem como estagiários do órgão.

Tendo presente o caráter estrutural do racismo, considero importante restabelecer uma instância permanente de prevenção, monitoramento e combate da discriminação racial no Itamaraty.

Revista Sapiëntia - O que ainda seria preciso fazer para garantir maior representatividade e igualdade na carreira?

Marise Nogueira - Aumentar o ingresso de pessoas negras e manter o fluxo da carreira diplomática em tempo adequado. Medidas gerais, não focalizadas, de reforço do ensino público nos níveis médio e universitário, contribuiriam não apenas para a diplomacia mas também para a melhor capacitação da elite do serviço público.

No entanto, a meu ver, há que priorizar políticas focalizadas de recrutamento de jovens negros e negras universitários com vocação para a diplomacia, oferecendo orientação e apoio



ao CACD, com ênfase no aprendizado de idiomas, em formato a definir.

Medidas de aceleração do fluxo de carreira, por sua vez, beneficiariam todo o corpo diplomático. Critérios claros e maior transparência dos mecanismos de promoção; extinção (ou aumento) dos limites de idade e de tempo de classe, entre outros itens, têm impacto diferenciado sobre negros e negras. Na grande maioria, esse grupo não tem conhecimento dos procedimentos e laços de afinidade envolvidos, além de entrarem na carreira com idade mais elevada e índices de classificação mais baixos.

Revista Sapiëntia - Existem, no plano de carreira, critérios subjetivos que desfavorecem minorias nos processos de promoção?

Marise Nogueira - Os procedimentos de lotação, promoção e remoção comportam grande dose de subjetividade. Critérios mais claros e objetivos seriam de proveito para todos, atuando como fator adicional de redução de desigualdades.

Revista Sapiëntia - Que conselhos daria para jovens negros interessados em prestar o CACD e seguir nessa carreira?



Fonte: Diego Grandi / Shutterstock.com



Marise Nogueira -Estudem muito, acreditem em vocês e lembrem que, para bem representar o Brasil, a diplomacia deve incorporar a diversidade étnicorracial e a multiculturalidade do povo brasileiro. Lembrem-se que existem programas de apoio à preparação de candidatos negros e negras. Com dedicação e disciplina, podemos superar os obstáculos.

A carreira diplomática é um leque de oportunidades de contato com outras culturas, de defesa dos interesses nacionais, que deveriam levar mais em conta os interesses dos povos. As desigualdades de gênero e raça na diplomacia são reais. Entre as mulheres, sabemos que correspondem a cerca de 23% dos diplomatas e que enfrentam um teto de vidro no nível de conselheira. Com relação a diplomatas negros, ainda não sabemos nem mesmo quantos são! Sabemos que as mulheres negras são minoria absoluta, mas faltam dados demográficos desagregados. Conhecer esses dados é fundamental para fazer um diagnóstico da situação e orientar a implementação de políticas públicas.

Cabe salientar que somente depois de 60 anos do ingresso da primeira mulher na carreira, ingressou a primeira pessoa negra no Instituto Rio Branco – Monica Menezes de Campos. Isso é significativo do quanto a pauta racial precisa ser discutida. A carreira é mais difícil para as

mulheres, que enfrentam, ademais, o sexismo estrutural no exercício da carreira.

Se negros e mulheres estão sub-representados, as mulheres negras são as mais invisíveis na diplomacia brasileira. Fica aqui uma palavra especial de incentivo às jovens negras para considerarem a diplomacia. A promoção da diversidade na diplomacia faz diferença não apenas simbólica, mas também na percepção e na abordagem de diferentes assuntos da agenda internacional.



O Brasil e a Ucrânia

por **Roberto Abdenur** - Diplomata brasileiro, serviu na Embaixada do Brasil em Washington, D.C.; na Embaixada do Brasil em Quito, no Equador; na Embaixada do Brasil em Pequim; na Embaixada do Brasil em Berlim, na Alemanha e também na Embaixada do Brasil em Viena, na Áustria; entre outros postos relevantes do serviço público do País.



Fonte: Kutsenko Volodymyr / Shutterstock.com



Constitui grave erro a postura de neutralidade que o Brasil tem adotado em face da guerra na Ucrânia. A brutal agressão da Rússia de Putin àquele país representa a violação de três princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas, de nossa Constituição e da centenária tradição de nossa política externa: o respeito à soberania e integridade territorial dos Estados; o não uso ou ameaça do uso da força; e a solução pacífica de disputas e litígios. Em seu artigo 4, nossa Constituição consagra, entre outros, os princípios da autodeterminação dos povos, da não intervenção, da igualdade entre os Estados, a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos.

O erro é ainda mais sério quando claramente as forças russas têm cometido crimes de guerra e crimes contra a humanidade, e Putin passou a ameaçar o recurso a armas atômicas. O Brasil, como membro do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), tradicional crítico das corridas armamentistas e defensor do banimento das armas de destruição em massa, tanto as nucleares quanto as químicas e biológicas, tem, por força de tais compromissos, a obrigação de reagir com firmeza a ameaças que o próprio secretário-geral da ONU, António Guterres, caracterizou como risco de resultar no Armagedon da espécie humana. Lamentavelmente, o governo Bolsonaro se omitiu, optando por um silêncio que, como ocorre com a alegada “neutralidade”, expressa atitude de leniência, quando não mesmo de cumplicidade com Putin.

O primeiro passo equivocado na adoção de uma suposta “neutralidade” foi a inusitada e inoportuna visita do Presidente a Putin, poucos dias antes da eclosão do conflito, quando os serviços de inteligência de certos países – notadamente os EUA e o Reino Unido – emitiam alertas críveis sobre a iminência de uma invasão. Estava já claro àquela altura o ambiente de tensão que acometia a Europa e os EUA. Não é procedente o argumento apresentado pelo Presidente para justificar tal visita: a necessidade de garantir o suprimento de fertilizantes para o Brasil. Ora, essa era questão suscetível de acerto entre nossos importadores e fornecedores russos ansiosos pelos ganhos de suas vendas, em quadro caracterizado desde logo pelas tensões geopolíticas que suscitavam preocupações com riscos e prejuízos para a economia russa.

A propósito da viagem de Bolsonaro a Moscou, cabe aqui um parêntese, sobre algo pouco percebido. Em seu isolamento no plano internacional – situação de que chegou a orgulhar-se o então Chanceler Ernesto Araújo – Bolsonaro não fez, nem recebeu, uma única visita a alguma das dezenas de democracias europeias. Sua incursão à Europa limitou-se aos encontros com parceiros da extrema-direita, como Putin e Orban na Hungria. Lamentavelmente, desde cedo em seu governo Bolsonaro “queimou as pontes” com nossas principais parceiras na União Europeia, a Alemanha e a França. E suscitou a repulsa de todos os demais membros da União



por conta de suas posturas negacionistas (e mesmo destrutivas) em relação a duas questões fundamentais no que diz respeito ao meio ambiente: as mudanças climáticas e a

preservação da Amazônia. Esse desgaste foi agravado pela ampla percepção dos riscos que Bolsonaro representa para a própria democracia brasileira.



Fonte: ekavector / Shutterstock.com

Numa primeira etapa, pouco após o início da guerra, o Brasil se portou corretamente, ao endossar projeto de resolução no Conselho de Segurança (depois vetado pela Rússia) e resoluções aprovadas por ampla maioria na Assembleia Geral das Nações Unidas de sentido condenatório à ação da Rússia. Mas nossos posicionamentos foram consideravelmente enfraquecidos por declarações de voto com críticas à entrega de armas à Ucrânia e à

aplicação de sanções contra Moscou. Ora, se a comunidade internacional se abstivesse de armá-la, a Ucrânia seria presa fácil para a ofensiva russa. O país seria rapidamente ocupado, e seu governo decapitado. Em pouco tempo, aquele país desapareceria como nação independente e soberana, com seu território e sua população incorporados à Rússia. Embora à altura em que escrevo este artigo – meados de outubro – a Ucrânia



esteja se saindo bem no campo de batalha, nem por isso deixa de desaparecer a hipótese de um desfecho catastrófico para ela. Não faz sentido que o Brasil, ainda que de maneira implícita ou indireta, venha a estar associado a tal possibilidade.

No que diz respeito às sanções, a posição seguida pelo Brasil é em princípio de só aceitar aquelas que tenham sido sancionadas pelo Conselho de Segurança da ONU. Nessa linha, era de todo correto o apoio do Brasil – até o advento do governo Bolsonaro, em que passamos a nos abster – às reiteradas resoluções da Assembleia-Geral da ONU com condenação ao injusto e ilegal embargo que

os EUA aplicam a Cuba desde o início de 1961 – ou seja, antes da crise dos mísseis de 1962. Esta poderia de certo modo ser invocada como pretexto para o boicote, que se justificaria como reação a um grave perigo para a segurança dos EUA. Isto, claro está, jamais passaria pelo Conselho de Segurança, onde a então União Soviética se valeria de seu direito ao veto.

Não obstante, a referência à crise dos mísseis postados em Cuba serviria para dar um verniz de legitimidade ao embargo. Mas no caso da Ucrânia esse posicionamento do Brasil não fazia sentido, ao impacto do veto agora utilizado pela Rússia a projetos condenatórios de sua agressão à Ucrânia. Na impossibilidade





de ação pelo Conselho, é legítima a decretação de sanções contra a Rússia. A gravidade da infundada e ilegal invasão a este último país, colocando em risco a paz e a segurança do coração mesmo da Europa, pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra em 1945, sim, justifica plenamente a aplicação de amplas e severas sanções à Rússia pela UE e pelos EUA, entre outros países, como Canadá, Japão e Coreia do Sul.

A “persona” do Brasil no plano internacional é multifacetada. Somos um país das Américas, da América Latina, da América do Sul, onde ocupamos posição central e por vezes mesmo de liderança. Somos uma economia dita “emergente” entre o numeroso grupo de países em desenvolvimento. Temos uma relação intensa e privilegiada com a África, que tanto contribuiu para a formação de nossa nacionalidade. Temos parcerias de sentido estratégico com a China, a Alemanha, a França e com a própria UE em seu conjunto. Mantemos relacionamento dinâmico, de certo modo também de sentido estratégico, com os EUA. Exercemos papel de protagonismo nos múltiplos foros em que se busca uma governança global ao mesmo tempo eficaz e mais justa, como, entre outros, o G-20 e os BRICS.

Estamos no cerne mesmo do principal desafio enfrentado pela humanidade, aquele que tem que ver com o meio ambiente: as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, a

poluição do ar e dos mares. Poucos são os países dotados de tão ricas e diversificadas inserções no plano internacional. Mas o ponto que nesse contexto desejo ressaltar é o de que somos, a uma só vez, parte do chamado “Sul Global”, mas também do Ocidente em seu alcance mais amplo. Ocidentais são a língua que falamos, a cultura que nos envolve, a maioria das religiões que praticamos, a democracia que desejamos preservar e fortalecer. Na Europa e nos EUA há certa tendência a uma visão excludente do que seja o Ocidente. Este estaria limitado ao eixo do Atlântico Norte, ligando os EUA e o Canadá à Europa do outro lado. E essa identidade se materializaria em entidades como a OTAN e a União Europeia, bem como o G-7 (que inclui o Japão, país oriental, mas que tem fortes laços com o Ocidente por força da economia e do comércio, assim como por conta da aliança militar com os EUA).

Inversamente, no Brasil certos setores privilegiam nosso pertencimento ao Sul, como país em desenvolvimento com posicionamentos e interesses contrapostos aos das nações mais ricas no Atlântico Norte. Haveria um fosso quase intransponível entre os países industrializados e as nações mais pobres da América Latina, África e parte da Ásia.

Mas dá-se que no complexo e conturbado contexto atual, após décadas de globalização e de forte crescimento dos fluxos de comércio e investimentos, já não faz mais sentido



encararmos as relações internacionais em termos de uma confrontação entre Norte e Sul. Foi, nesse sentido, muito lúcida a afirmação feita certa vez pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso: a de que o Brasil é “o Sul do Ocidente”. Confrontado agora com a proclamação por Putin de que a Rússia se encontra em um “conflito existencial” com o Ocidente, e com a insólita ruptura da paz na Europa, em brutal violação dos mais básicos princípios da convivência entre as nações, o Brasil não pode deixar de portar-se, no que diz respeito à Ucrânia, como país que pertence ao “Sul do Ocidente”.



IGUALDADE RACIAL: como o caso americano pode inspirar

por **Lucas de Souza Martins** - Analista e especialista em relações EUA-Brasil, também é doutorando em História da América Latina pela Universidade Temple (Filadélfia, PA).



Fonte: Maverick Pictures / Shutterstock.com

A guerra na Ucrânia fez os olhos do mundo se voltarem novamente ao plenário do Conselho de Segurança das Nações Unidas. É ali que as decisões sobre posições da ONU a respeito do conflito entre Kiev e Moscou são tomadas. E, obviamente, as opiniões de uma nação como os Estados Unidos recebem atenção cuidadosa da imprensa e dos analistas internacionais. Quem fala em nome de Washington é a embaixadora Linda Thomas Greenfield, a primeira mulher negra a representar o seu país naquela organização. Afro-americanos representam apenas 15% da população dos EUA, mas já alcançaram, ao longo da história, postos fundamentais no cenário político.

Antes de Greenfield, o presidente democrata Jimmy Carter (1977-1981) havia indicado o deputado e ativista afro-americano Andrew Young para ser a voz



da Casa Branca na ONU. O republicano George W. Bush (2001-2009) teve em seu gabinete o primeiro homem negro a exercer o cargo de Secretário de Estado, o General Colin Powell, e a primeira mulher negra a assumir o mesmo ofício na história do país, a cientista política Condoleezza Rice. O ano de 2008, por sua vez, consagrou a eleição de Barack Obama para o maior posto administrativo de Washington. Treze anos depois, a advogada Kamala Harris assumiu a vice-presidência dos Estados Unidos. “A primeira (mulher negra), mas não a última nesta posição”, como a própria indicou em seu discurso de posse. Uma rápida análise da evolução histórica americana evidencia que ela tem tudo para estar certa.

Qual é o cenário brasileiro? A população afrodescendente é mais da metade da população do país. Quando chegaram à presidência? Apenas uma vez. Através de Nilo Peçanha (1909-1910), descrito como mulato, alvo de ofensas racistas ao longo de sua vida pública. A elite da época o apelidou de “mestiço do Morro de Coko”, como referência à sua origem rural. Neste contexto, o presidente Peçanha evitava expor sua ascendência africana e foi acusado de retocar fotografias oficiais para parecer branco.

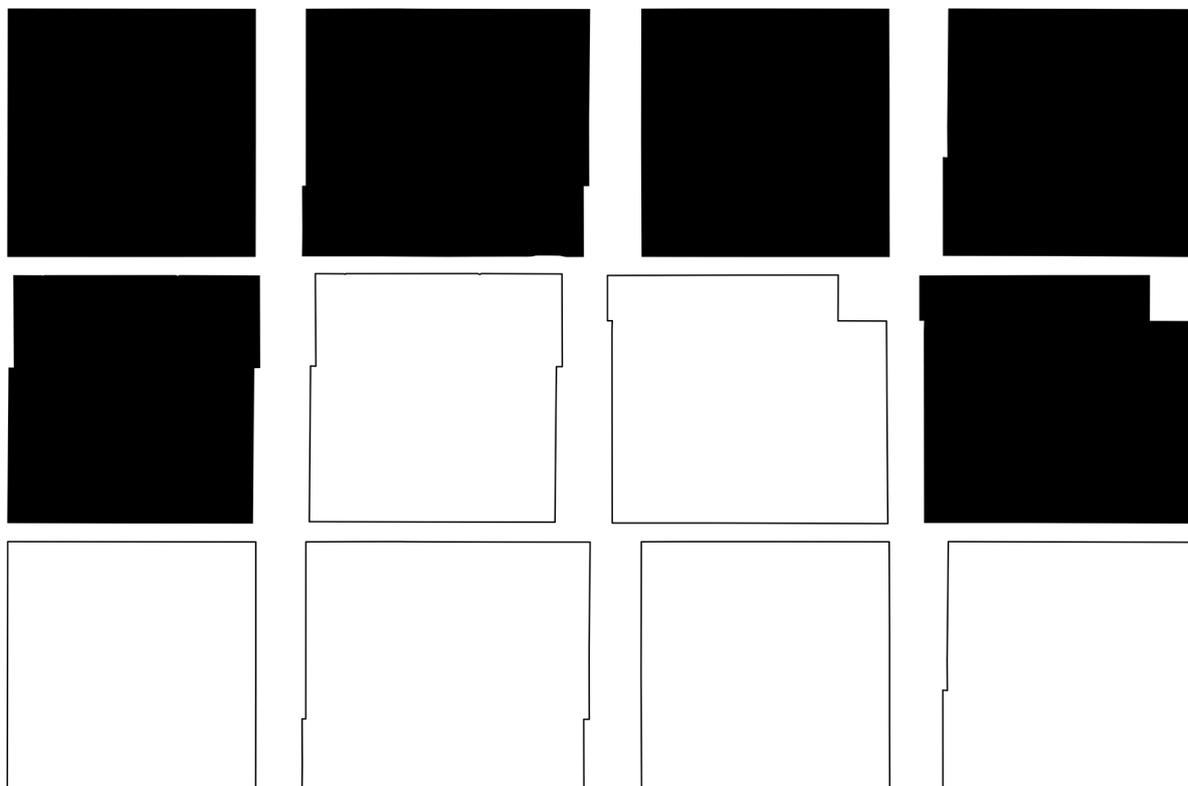
Desafio o leitor a tentar se lembrar de algum candidato a presidente negro - que tenha chegado à disputa com chances reais

de se eleger - desde o advento da nossa redemocratização. Convido ainda cada um a visitar a galeria de ex-chanceleres do Brasil no Palácio Itamaraty, em Brasília. Não há sequer uma mulher ali, muito menos negros. Há uma evidente e problemática tensão entre dois fatores por aqui: ainda que representem a maioria dos brasileiros, os afrodescendentes não estão representados nos principais espaços de poder do Brasil.

O que pode explicar o relativo sucesso do caso americano, que ainda com uma série de desafios em inclusão social, testemunhou a ascensão de lideranças como as mencionadas acima? Não há uma resposta definitiva, porém alguns elementos da história dos EUA devem inspirar os que fazem política em nosso país.

Tomemos os exemplos de Martin Luther King, líder do movimento dos direitos civis e vencedor do prêmio Nobel da Paz em 1964, e de Jesse Jackson, primeiro negro democrata que teve chances reais de se tornar presidente nas eleições de 1984 e 1988. Ambos têm em comum o fato de que estudaram em universidades tradicionalmente negras, a maioria delas criadas por igrejas protestantes de maioria afro-americana no final do século XIX.

Estas próprias congregações cristãs, inclusive, continuam sendo influentes instituições de mobilização política por lá.



Fonte: Danler / Shutterstock.com

Luther King, Andrew Young e Jesse Jackson possuem em comum o fato de que são/foram reverendos batistas.

A segregação institucionalizada em leis nos EUA - a proibição de que afrodescendentes e brancos frequentassem as mesmas escolas e espaços públicos, por exemplo - pressionou para que o próprio movimento negro criasse suas próprias instituições de organização social e de formação profissional. A avenida Auburn, na cidade de Atlanta, foi considerada, no início do século XX, a “rua negra mais rica

do mundo” em um tempo em que a fórmula do *“for us by us”* (“por nós e para nós”) estava mais do que nunca no centro da estratégia das empresas administradas por afro-americanos.

Qual deveria ser a estratégia brasileira? Isso cabe ao próprio Brasil definir, com suas realidades e cenários específicos. Mas, de fato, o caso americano inspira. Pavimentar o caminho para o acesso à educação, ao desenvolvimento dos espaços de organização de protesto e ao empreendedorismo foram peças-chave nas conquistas deste grupo que



representa hoje 15% da população dos Estados Unidos. Aos brasileiros, e não somente aos afrodescendentes, fica a responsabilidade - e a urgência - de discutir nossas próprias estratégias para alcançar resultados similares e efetivos.



Tempos de conflito:

consequências para a

Política Externa Brasileira

por Roberto Teixeira da Costa - Empresário, economista e acadêmico brasileiro. Foi membro do conselho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDESPar) e presidente do Conselho Empresarial da América Latina. Foi o fundador e primeiro presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). É membro do Conselho Consultivo Internacional da Fundação Dom Cabral, do Conselho Diretor do Grupo de Acompanhamento da Conjuntura Internacional (Gacint) e do Instituto de Relações Internacionais da USP (Universidade de São Paulo), além do Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais).



Fonte: Isaac Fontana / Shutterstock.com

As consequências da invasão da Ucrânia estão se ampliando na medida que a chamada “operação militar especial”, assim designada por Putin, se estendeu, muito além do estimado. Não estava prevista uma resistência na escala que os bravos e valentes ucranianos vêm oferecendo, como também o apoio maciço recebido do mundo ocidental. Independentemente de seu desfecho, difícil de definir, algumas considerações podem ser anotadas.

Como registrou o economista Kenneth Rogoff: acabou o “bônus da paz”. Efetivamente, várias décadas após a II Guerra Mundial tivemos alguns conflitos localizados, mas que em nada se assemelham ao que estamos assistindo na Ucrânia. Vivemos uma situação que poderá mudar o curso da História e da



geopolítica, sem falar na instabilidade política, provocada no relacionamento entre os países ocidentais com a Rússia e China.

De uma forma jamais antes vista, o mundo ocidental se uniu e solidarizou-se na condenação do ataque à Ucrânia, e vem fornecendo recursos materiais e humanos para ajudar os ucranianos! As sanções consensualmente impostas à Rússia são um remédio amargo, com consequências dolorosas para o resto do mundo.

É o preço a pagar por nosso apreço e respeito à democracia. Reputadas empresas deixaram a Rússia. Até que ponto as sanções vão perdurar? O multilateralismo que Biden procurava reconstruir depois dos ataques que sofreu durante o governo Trump terá novo revés, o protecionismo poderá ser intensificado e a globalização sofrerá consequências.

O apoio da China a Putin, expresso por Xi Jín Ping, surpreendeu o mundo como poderá resultar em impacto econômico-financeiro e político em função de sua determinação na busca da liderança mundial. Em contrapartida, em seus discursos mais recentes, o presidente Biden deixou claro que os Estados Unidos irão priorizar sua liderança mundial

Sergei Lavrov, chanceler russo, mencionou que “tem que haver uma redistribuição do poder

mundial, custe o que custar”. Não descartou o risco de uma terceira guerra mundial. A guerra reedita o potencial de uma guerra fria com o isolamento da Rússia do mundo ocidental, num momento crítico em que a reunião dos países para combater a questão ambiental climática é fundamental.

Orçamentos militares estão aumentando. A Alemanha multiplicou por três, e outros países europeus também os estão ampliando. No orçamento de 2022 dos USA, foram destinados para a Defesa US\$ 813 bilhões, sendo US\$ 40 bilhões para defesa interna.

Os objetivos dos EUA, segundo seu secretário de defesa Lloyd Austin, é de degradar o potencial militar e fortalecer o da Ucrânia. “Queremos ver a Rússia enfraquecida até o grau que não possa fazer coisas como fez com a Ucrânia”.

Encerrando essa rápida introdução, uma apreciação específica sobre a economia mundial:

1. Pontos em comum – Queda no crescimento global anteriormente projetado. O Banco Mundial prevê perda no PIB mundial e em alguns países com risco de recessão. Inflação presente em maior ou menor escala nos diferentes países. Na economia americana a taxa de inflação, que



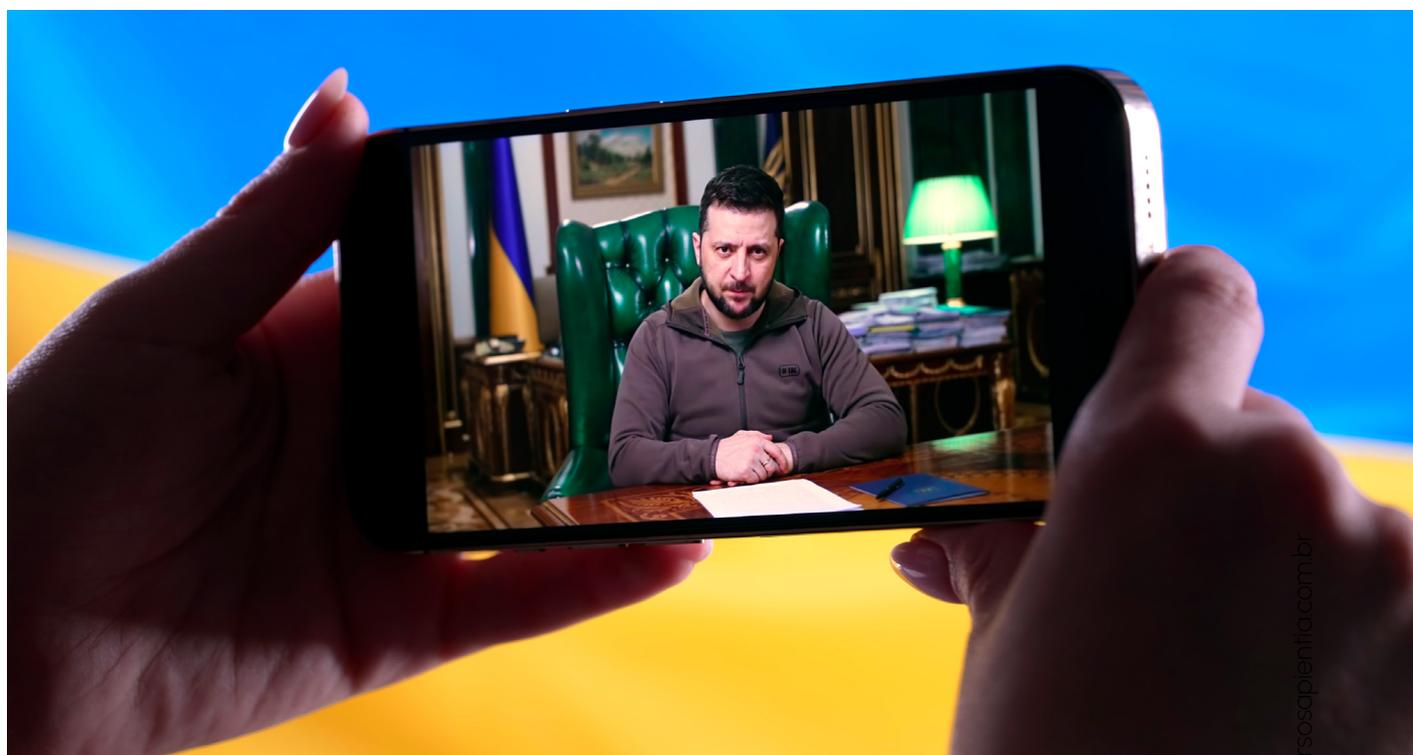
antes da guerra já sinalizava a maior taxa dos últimos 40 anos, agravada pelo aumento dos preços de combustíveis.

2. A interrupção nas cadeias de suprimento teve impacto nos preços. Também, alguns países poderão reformular seus canais de abastecimento, optando por supri-la, internamente, ou dentro de sua zona de influência (*friendly shore*), o que deve implicar em aumento de custo de produção. Aconteceu com insumos farmacêuticos e medicinais quando da pandemia da covid. Como consequência, pressão sobre salários,

impactando a inflação. Assim, a inflação não cederá rapidamente e poderá ter características mais duradouras.

3. Larry Fink, CEO da BlackRock, um dos maiores gestores mundiais de fundos de investimentos, mencionou que a reorganização da cadeia de suprimentos decorrente do conflito poderá beneficiar países da América Latina. Outros líderes mundiais são da mesma opinião.

4. O Brasil poderá se beneficiar na crise, mas no curto prazo, a seca em algumas regiões e





o preço dos fertilizantes poderão impactar fortemente a produção agrícola até que encontremos mecanismos para continuar importando da Rússia. Em consequência, os juros se mantiveram elevados, o que implica que taxas de investimentos poderão cair com empresas mais cautelosas, afetando a Bolsa e novos lançamento de ações.

Finalizando, interessante anotar os possíveis impactos da guerra no resultado das eleições presidenciais. No Brasil, as relações internacionais, e nossa política externa, terão que estar presentes e serem priorizados nos programas do novo presidente. Certamente, deveríamos estar ligados no cenário externo que nos afetará. Mais do que nunca, deveríamos colocar o Brasil numa posição compatível na nova geopolítica mundial, que certamente ocorrerá quando a guerra da Rússia contra a Ucrânia terminar.

A vitória de Lula vai mudar o curso de muitos fatos em diferentes segmentos e vamos constatar nos próximos meses, porém, em termos de Política Externa, sua vitória foi muito bem recebida por diferentes protagonistas internacionais e poderemos recuperar terreno perdido.



DIPLOMACIA DA SAÚDE

por **Mayara Ribeiro** - Mestra em Saúde Coletiva: políticas e gestão da saúde pela Unicamp, e professora de Direito do Curso Sapiaentia.





O Direito é uma construção social, ao qual abrange os valores de uma determinada sociedade. Com isso, a construção do Direito se dá através de um constante tensionamento de interesses e disputa de poder entre os sujeitos; sejam eles integrantes de determinados grupos sociais na construção do próprio Estado ou, ainda, entre as relações entre Estados soberanos. Assim, partimos da premissa que o desenvolvimento do Direito se dá através de lutas e disputas políticas-sociais-econômicas próprias de um mundo globalizado, interseccionado e que possibilita a permeabilidade de valores morais e éticos em uma sociedade comunicativa e em constante transformação.

Com isso, surge um dos importantes papéis da diplomacia, que é justamente o desenvolvimento da habilidade de pacificação, composição, construção de diálogos, negociações e construção de desfechos satisfatórios diante das demandas conflitantes ou não harmonizadas, diante desta constante disputa de poderes e tensão inerente à vida em sociedade. Muitas vezes, a diplomacia exerce o papel de mediador e conciliador frente aos interesses contrapostos e divergentes entre Estados. Assim, proporciona o desenvolvimento de uma grande habilidade, que se transpõe como sendo um importante instrumento de composição e desenvolvimento da lógica de interação em um mundo conectado e globalizado, o que consequentemente resvala

no auxílio da própria construção, evolução e aperfeiçoamento do Direito.

No Brasil, o direito à saúde é notadamente reconhecido no ordenamento jurídico interno como direito fundamental social universal, através da previsão do art. 196 da Constituição Federal de 1988 [1]. De certo, a saúde é posta como sendo dever do Estado, a qual deve ser consolidada através de políticas públicas; e ainda, temos pela lógica constitucional que a saúde é um direito de todos, sejam eles cidadãos brasileiros ou não, pois trata-se de um direito universal, posto pela predileção do art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988 [1]:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;”.

Perceba que qualquer pessoa que esteja em território brasileiro possui o direito de receber atendimento de saúde necessário, uma vez que é uma garantia fundamental resguardada constitucionalmente e correlato ao próprio direito à vida. Entretanto, nem todos os Estados soberanos do mundo enfrentam a matéria do direito à saúde sob essa lógica de



proteção dos direitos humanos, a exemplo dos Estados Unidos, em que o direito e acesso à saúde pública e gratuita não é uma realidade internalizada.

Com isso, com o desenvolvimento da sociedade, a perspectiva histórica nos mostra um trabalho importante da diplomacia nos temas relacionados à saúde, o que também se denomina como Diplomacia da Saúde, que visa alcançar a colaboração e cooperação, e o aperfeiçoamento e fortalecimento do direito à saúde como um direito humano. A pandemia da covid-19 nos expõe a necessidade urgente de consolidação de uma diplomacia da saúde forte e colaborativa, entretanto, esse movimento não é inédito na sociedade.

No século XIX, com a expansão dos transportes e desenvolvimento de um mundo globalizado, como consequência proporcionou um aumento da disseminação de doenças contagiosas. Como medida de proteção e discussão das temáticas em 1851 ocorre a 1ª Conferência Sanitária Internacional, a qual possuía como objetivo a cooperação e padronização de medidas de saúde, tal qual a definição e padronização de quarentenas. Em 1892, ocorre a Convenção Sanitária Internacional, e institui medidas interventivas de saúde em combate à cólera, através da fixação das regras de quarentena, bem como, originou o primeiro tratado multilateral de saúde.

Já no século XX, podemos observar o nascimento e desenvolvimento das primeiras organizações internacionais de saúde, e em 1902 ocorre a Repartição Sanitária Internacional, em que se estrutura a cooperação em saúde nas Américas, que posteriormente originou a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 1958).

Em 1907, o Brasil assume um importante papel como fundador do Escritório Internacional de Higiene Pública, que se faz responsável também pela administração das convenções sanitárias, através do acompanhamento de regras de quarentena. Em 1921, surge o Comitê de Saúde da Liga das Nações, que posteriormente deu origem à própria Organização de Saúde da Liga das Nações em 1924.

Em 1948, temos o surgimento da Organização Mundial da Saúde (OMS), exercendo seus trabalhos como uma agência especializada da ONU, que promoveu a erradicação da varíola nos anos 1970. Atualmente, a OMS possui 194 membros.

No Brasil, a Reforma Sanitária [2], nos anos 1970, ganha força como um fenômeno sócio-histórico, que contribuiu e fomentou a criação de políticas públicas do Sistema Único de Saúde, bem como proporcionou



Fonte: Casimiro PT / Shutterstock.com

o desenvolvimento e fixação dos valores e princípios bioéticos de saúde como direito universal fundante para a vida em sociedade, que, posteriormente, foram incluídos na Constituição Federal de 1988, com o advento do processo de redemocratização [3].

“Antes da promulgação da Constituição de 1988 - em que pesem tímidos avanços institucionais - as políticas públicas de saúde tinham como objetivo principal propiciar a manutenção e recuperação da força de trabalho necessárias

à reprodução social do capital e, dialogando com este modelo, o setor sanitário brasileiro era marcado por forte cunho assistencialista e curativo, de caráter crescentemente privatista, sem prioridade para políticas públicas de saúde com sentido de universalidade, integralidade e equidade. (...) em 1986, o Movimento pela Reforma Sanitária conseguiu uma importante vitória com a realização da 8ª Conferência Nacional da Saúde (CNS), ocasião em que foi debatida não só a importância de um Sistema Único de Saúde (SUS), mas também um debate mais amplo em torno de uma Reforma Sanitária,



com a constitucionalização do direito à saúde.” [3] Portanto, a Reforma Sanitária proporcionou, frente ao Estado, a consolidação de princípios e valores éticos [2], e estabeleceu novos paradigmas para a sociedade brasileira vislumbrar o direito à saúde [3]. “Embora na pós-modernidade tenha-se tornado comum questionar as chamadas grandes narrativas, entender a Reforma Sanitária Brasileira, conforme a proposta construída a partir da década de 70 do século XX, exige certa aproximação ao pensamento produzido sobre a sociedade e o Estado no Brasil.” [11] Sob essa perspectiva, da análise histórica, da segunda metade do século XX, e, interface entre e nos sucessivos eventos sociais que culminaram: 1) na Reforma Sanitária; 2) no processo de redemocratização; 3) na promulgação da Constituição Federal de 1988; (...). Sob essa lógica, é o próprio processo de redemocratização que devolve o poder para o povo, e, legitima (afirma) seus direitos. Como consequência, ao Estado coube a responsabilidade de atuar em prol do bem-comum, em defesa dos interesses públicos; portanto, uma nova dimensão de direitos humanos, a qual resvala na afirmação de direitos sociais fundantes, tal qual o dever estatal de prestação e assistência à saúde (art. 6º, caput, CF/88) como um direito de todos os indivíduos, e, também, pela garantia fundamental de acesso à justiça (art. 5º, inciso XXXV, CF/88). [3]

No século XXI, temos novas frentes e áreas de atuação e crescimento da diplomacia da saúde. Em 2001, a Declaração de Doha [4]

proporcionou flexibilidades em patentes de medicamentos regidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), dentre outras flexibilidades incorporadas no tratado TRIPs – lembrando que o Acordo TRIPs é um tratado Internacional, integrante do conjunto de acordos assinados em 1994 que encerrou a Rodada Uruguai e criou a Organização Mundial do Comércio. Em 2003, a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco consolidou o primeiro tratado internacional de saúde pública adotado na Organização Mundial da Saúde (OMS), em que o Brasil exerceu o importante papel de liderança na elaboração e implementação.

Como notadamente sabido, em 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara a pandemia da covid-19, proporcionando uma consolidação robusta e ativa em uma diplomacia da saúde a qual proporcionou a colaboração dos Estados no compartilhamento das informações científicas contundentes para mitigar os danos causados pela propagação da doença ao redor do mundo [5]. Inegável que o fator necessidade foi imprescindível para o fortalecimento da nova lógica que rege a diplomacia da saúde, uma vez que todos os Estados foram afetados pelas consequências causadas pela propagação do vírus. Com isso, fez-se necessário não só a cooperação e colaboração, mas também uma coordenação entre Estados, a qual podemos dizer que inaugurou uma nova perspectiva e trouxe à tona a importância de uma diplomacia da



saúde forte para que seja possível auxiliar na prevenção e resposta às questões coletivas de saúde. E, portanto, consolida uma nova era de pensar a diplomacia a ser desenvolvida, em que se busca não apenas apoio à produção e distribuição de vacinas, mas também incorpora à pauta o debate latente quanto à equidade e acesso à saúde.

Em 2021, a sessão especial da Assembleia Mundial da Saúde na OMS também decidiu negociar um instrumento sobre pandemias, destaca-se que o Brasil também representa as Américas nesta negociação.

Assim, o debate recente que reverbera nessa nova era da diplomacia da saúde é solidificado e se coaduna com a pauta da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2022, em que temos que saúde é uma escolha política a ser desenvolvida e aperfeiçoada por todos os Estados. Sob essa perspectiva, o papel a ser exercido pela diplomacia nesta frente é de observância de três pontos-chaves, sendo eles: **1)** a busca de uma estabilidade política para consolidação do direito à saúde aos povos; **2)** análise das condições de trabalho na área da saúde, buscando mitigar as discrepâncias existentes entre o mundo nas questões de saúde, o que se faz com base no princípio da equidade; **3)** busca de novas oportunidades para o desenvolvimento e ampliação da saúde, reconhecendo o seu *status* de direito humano em que se almeja à universalidade.

Notem que o aprimoramento do Direito e da Diplomacia deve acompanhar os anseios e expectativas sociais que os representam, é por isso que é intrínseco essa dinamicidade e constante evolução que receberá as cargas valorativas de um mundo globalizado.

Assim, sob essa sistematização da ótica histórica-social [1], devemos considerar que eventos sociais, tais como a Reforma Sanitária na década de 70 do século XX; bem como, o processo de redemocratização do Brasil; a promulgação da Constituição Federal de 1988; a legitimação e afirmação de direitos humanos fundamentais, e a consequente compreensão e apropriação social dos direitos aduzidos; e, enfim, o desfecho / desdobramento / reflexo da interpretação do direito à saúde (...) o sistema de assistência à saúde é amplo e complexo, abrangendo uma gama de atores nas esferas pública e privada através do Sistema Único de Saúde (SUS). Por sua vez, está elencado na Constituição Federal de 1988 [3] como responsabilidade do Estado abrangido em todas as esferas federativas, e, portanto, de responsabilidade da União, Estados e Municípios, pela obrigação prestacional de proporcionar a toda população de forma indiscriminada a efetivação do direito à saúde, através dos serviços públicos de saúde, de maneira igualitária e equânime. [3]

Eric Hobsbawm define o século XX marcado por importantes avanços econômicos, sociais e técnico-científicos, que melhoraram a



qualidade de vida e as condições de saúde em todo o mundo. Contudo, como “era dos extremos”, na mesma definição de Hobsbawm, o processo de globalização também tem criado grandes disparidades internacionais, produzindo enormes problemas sociais e de saúde, particularmente nos países mais excluídos dos circuitos centrais da economia global [5]. As condições precárias da saúde de grandes parcelas da população, a insegurança alimentar e, evidentemente, as mudanças climáticas têm sido motivo de preocupações da chamada comunidade internacional [5].

“Com diversas iniciativas, atendendo interesses muitas vezes contraditórios, as Nações Unidas, as agências de cooperação de países desenvolvidos e de alguns países emergentes e a filantropia internacional têm colocado a saúde como prioridade na agenda da cooperação internacional e dos programas de ajuda para o desenvolvimento. Esse processo tem sido denominado “diplomacia global da saúde”, ou seja, o conjunto de negociações desenvolvidas em diversos níveis, que delinea e gerencia o ambiente das políticas globais em saúde; e que, idealmente, produz melhores resultados para a saúde da população de cada país envolvido (atendendo, assim, aos interesses nacionais), bem como implementa as relações entre Estados e reforça o compromisso de um amplo arco de atores em prol do empreendimento comum de assegurar a saúde como direito humano e bem público (Kickbusch I, *et al. Bull World Health*

Organ 2007; 85:230-2). Como exemplo, pode-se mencionar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, conjunto de compromissos definidos pela Cúpula do Milênio, realizada pelas Nações Unidas, no ano 2000. A saúde global e a diplomacia da saúde exigem novos mecanismos institucionais e profissionais de saúde pública, levando a que diversas instituições acadêmicas do mundo estabeleçam centros de pesquisa e formação de recursos humanos dedicados ao tema. [5]

O Brasil tem se destacado como potência emergente global na diplomacia da saúde [6], a qual podemos observar através da cooperação Sul-Sul, com o que, segundo ALMEIDA [7], podemos classificar como sendo uma importante “cooperação estruturante em saúde”. Vale lembrar, que cooperação Sul-Sul é a definição atribuída pela própria Organização das Nações Unidas (ONU), que se dá através do processo de dois ou mais países em desenvolvimento que almejam um objetivo em comum, proporcionando colaboração e cooperação de conhecimentos, habilidades e recursos, que poderá envolver governos, universidades, sociedade civil e outras instituições interessadas na temática.

Assim, a diplomacia da saúde tem ganhado destaque na medida em que se busca apoio ao desenvolvimento e reforço dos sistemas sociais e de saúde, por meio da construção de instituições estruturantes dos sistemas de saúde e da formação de recursos humanos chaves,



bem como elaboração, desenvolvimento e implantação de estratégias centrais para a estruturação de capacidades próprias dos países em desenvolvimento [6].

O Brasil também adota outras estratégias em sua política externa. Através da consolidação da diplomacia da saúde nota-se um empenho na constituição de blocos regionais, e nota-se que as temáticas relacionadas à saúde vêm conquistando espaço e destaque. Assim, podemos observar a construção e fortalecimento de novas pontes na diplomacia da saúde, tal qual ocorre na Unasul Saúde, no que tange ao âmbito da União das Nações Sul-americanas; bem como, na CPLP Saúde, que abrange a Comunidade de Países de Língua Portuguesa [6].

A resposta das Nações Unidas aborda a dimensão sanitária, a emergencial e a de retomada, pós-pandemia. Como exemplo das ações desenvolvidas nessas três dimensões, o autor escolheu exibir as ações levadas a cabo pela OMS, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), três agências especializadas diretamente envolvidas no encaminhamento de soluções para a covid-19. Como exemplos, escolheu as ações levadas adiante por fundos e programas, especificamente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Agência da ONU para Refugiados (Acnur). Finalmente, se deteve a contemplar

o coração do sistema, representado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), o Ecosoc, o Conselho de Direitos Humanos, que depende da AGNU, e o Conselho de Segurança. O capítulo explora, portanto, o que foi, até o final do primeiro semestre de 2020, a resposta desse sistema multilateral à covid-19. As principais atividades de resposta e coordenação global da OMS e de seus escritórios regionais, com destaque para a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), são apresentadas no capítulo em que Galvão faz uma seleção de eventos, iniciativas e documentos que representam áreas temáticas centrais e elementos-chaves da resposta. Esse é o evento de saúde pública de preocupação internacional (PHEIC) mais grave da história da OMS e representa um desafio ao Regulamento Sanitário Internacional e à governança da saúde pública global. Sua magnitude fez com que inúmeras medidas inovadoras fossem tomadas em diversos campos da saúde e de outros setores. [5]

Quanto ao Grupo dos Vinte (G20) e à OCDE, podemos ainda analisar o desempenho recente destes grupos, durante a pandemia da covid-19. É possível relacionar o G20 com outras instâncias multilaterais e suas relações, principalmente com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a qual possui estreita semelhança e colaboração, principalmente no que tange à ajuda internacional. Observa-se, assim, o paradoxo entre a declaração da cúpula do G20 e a declaração do encontro dos ministros da



Fonte: Faizal Ramli / Shutterstock.com

Saúde do G20: enquanto a primeira se coloca ao lado do multilateralismo e oferece total apoio ao combate da pandemia e seus reflexos econômicos, a segunda, fruto do dissenso entre EUA e China, não assume posicionamento em relação a seu próprio objeto. Com isso, mostra-se necessário refletir sobre as pautas da economia e da saúde no G20, a partir da pandemia da covid-19, tal qual como uma realidade posta à diplomacia e ao mundo. [5] Celso Amorim [5], recentemente, realizou reflexões sobre a geopolítica no pós-pandemia,

ressaltando o protagonismo dos Estados Unidos e China, bem como, “nas grandes negociações sobre temas globais, como clima, imigração, comércio e direitos humanos, a Europa tenderá a atuar de forma coordenada. Em um mundo de grandes blocos (EUA, China e Rússia são blocos em si mesmos), a UE fará sentir sua influência”.

O que conseqüentemente irá reverberar na força crescente do poder político sobre desenvolvimento de tecnologias e pesquisas em



saúde que será exercida por seus detentores; e, sob esse ativo político, faz-se necessário observar a necessidade de um fortalecimento da diplomacia da saúde como instrumento de pacificação, cooperação, colaboração e implementação de novas diretrizes de políticas públicas a serem alcançadas.

O que notamos é o crescimento das metas e objetivos que visam desenvolver e alcançar sistemas multilaterais de suporte em saúde que não são centralizados, proporcionando a distribuição de competências e tecnologias para um maior acesso à saúde, algo a ser trilhado como objetivo mundial, conforme defende a OMS. O que se faz com base na criação de condições econômicas e investimentos em saúde como um caminho perspicaz, uma vez que saúde deve ser observada sob várias dimensões; o que também é denominado em saúde coletiva como a dimensão bio-psico-social das questões de saúde. Esse fenômeno proporcionará ao Brasil um protagonismo diplomático a ser explorado, uma vez que o Sistema Único de Saúde é um exemplo mundial no que diz respeito à inclusão, equidade, acesso à saúde e fortalecimento da saúde como sendo um direito de todos e dever do Estado.

O que se encontra totalmente alinhado com os objetivos globais preconizados como necessários a serem fortalecidos pela OMS, e exercício da diplomacia da saúde como

áreas da política externa e da cooperação internacional. Nos próximos anos, o Brasil terá a grande oportunidade de surfar essa onda como o grande protagonista mundial da diplomacia da saúde, proporcionando o espaço de destaque que merece na defesa dos direitos humanos, desenvolvimento econômico e de tecnologias.



Referências:

[1] BRASIL, Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

[2] PAIM, JS. Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica [online]. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. 356 p. ISBN 978-85-7541-359-3. Disponível em SciELO Books.

[3] RIBEIRO, Mayara Teixeira. Judicialização da saúde em Campinas-SP e a correlação com a vulnerabilidade social: uma análise processual do Sistema Único de Saúde (SUS). 2021. 1 recurso online (111 p.) Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/49>. Acesso em: nov. 2022.

[4] IV Conferência Ministerial da OMC, Doha, Catar. <https://bioeticaediplomacia.org/wp-content/uploads/2013/10/Declaracao-sobre-o-Acordo-de-TRIPS.pdf>

[5] BUSS, P.M., and FONSECA, L.E., eds. Diplomacia da saúde e covid-19: reflexões a meio caminho [online]. Rio de Janeiro: Observatório covid 19 Fiocruz; Editora FIOCRUZ, 2020, 360 p. Informação para ação na covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-029-0. <https://doi.org/10.7476/9786557080290>.

[6] Buss, Paulo Marchiori e Leal, Maria do Carmo Saúde global e diplomacia da saúde. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2009, v. 25, n. 12, Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009001200001>>. Epub 19 Feb 2010. ISSN 1678-4464.

**Referências:**

[7] Almeida C, *et al.* *Global Forum Update on Research for Health. Volume 6: Innovating for the Health of All*, 2009; p. 199-207.

[21] ARISTÓTELES. *Ética à Nicomaco*. Tradução Mário Gama Kury. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

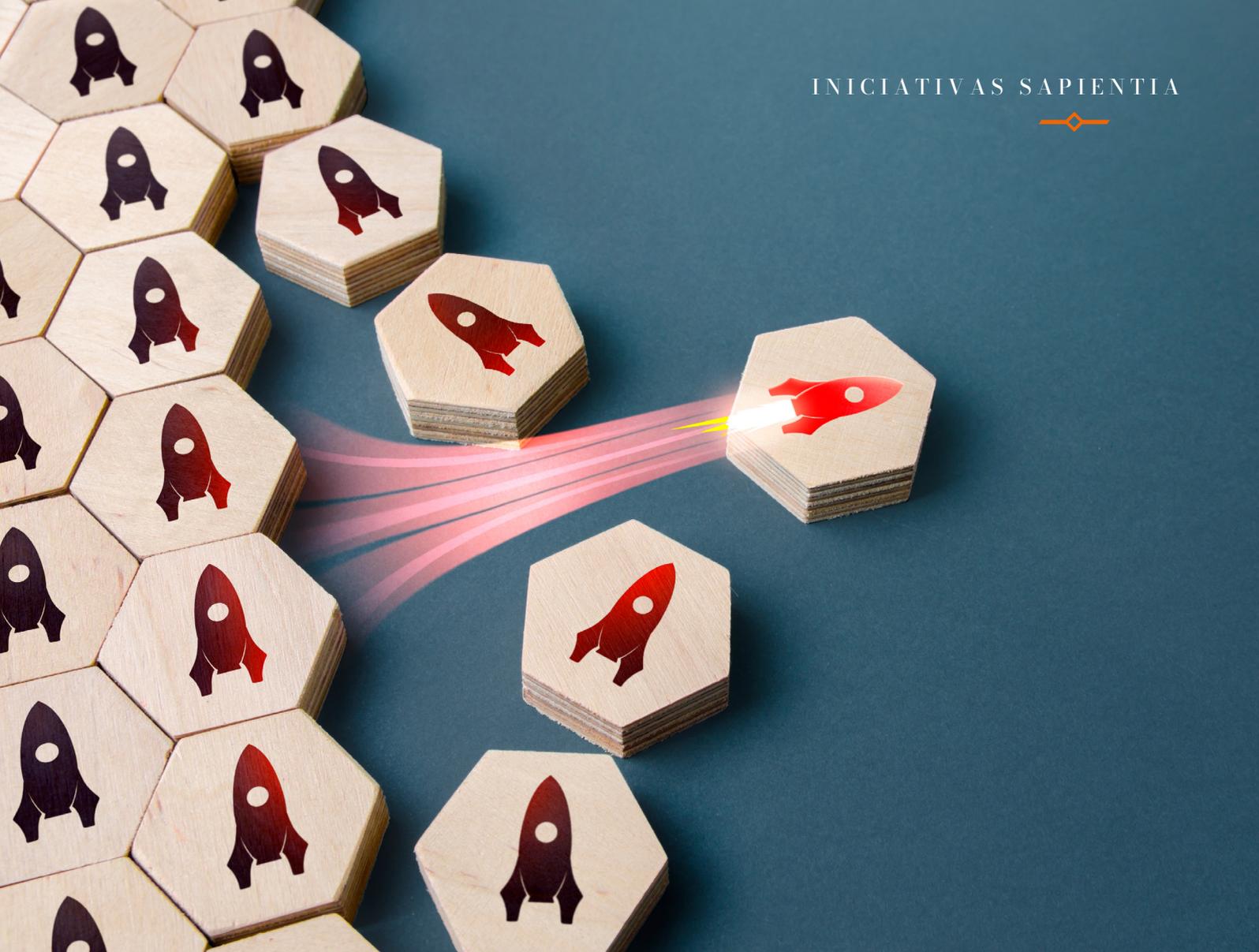
[22] DE CARVALHO FORTES, Paulo Antonio. Orientações bioéticas de justiça distributiva aplicada às ações e aos sistemas de saúde. *Revista Bioética*, v. 16, n. 1, 2009.

[23] CAMPOS, G.W.S. Reflexões temáticas sobre equidade e saúde: o caso do SUS. *Rev Saúde e Coletividade*, v. 15, n.2, p. 23-33, maio-ago 2006.

[24] ALMEIDA, C. Equidade e reforma setorial na América Latina: um debate necessário. *Cad Saúde Pub* 2002; 18 (Suplemento): 23-36.



Iniciativas sapiencia



Fonte: Andrii Yalanskyi / Shutterstock.com

Queridos sapientes,

Chegamos ao fim de mais um ano e, como sempre, ele foi recheado de novidades e conteúdos relevantes para a diplomacia por aqui. Com isso, que tal lembrarmos de alguns dos acontecimentos mais marcantes do Sapi em 2022?

Abrimos novas turmas para o **Curso Regular Extensivo 2.0**, o **Programa Primeiros Passos**, a **Trilha de Francês do Zero** e a **Trilha de Espanhol do Zero** - todos planejados para atender diferentes momentos da vida dos candidatos e com o objetivo em comum de serem uma fonte de estudos inovadora e planejada minuciosamente para aumentar o foco e a produtividade durante a preparação para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, o famoso CACD.



E aqui um pequeno *spoiler*: todos eles estão com descontos imperdíveis por conta da *Black November Sapiencia* (que foi prorrogada por tempo limitado). Para conferir as ofertas e iniciar a sua preparação para o CACD com o Sapi, é só [clique aqui](#).

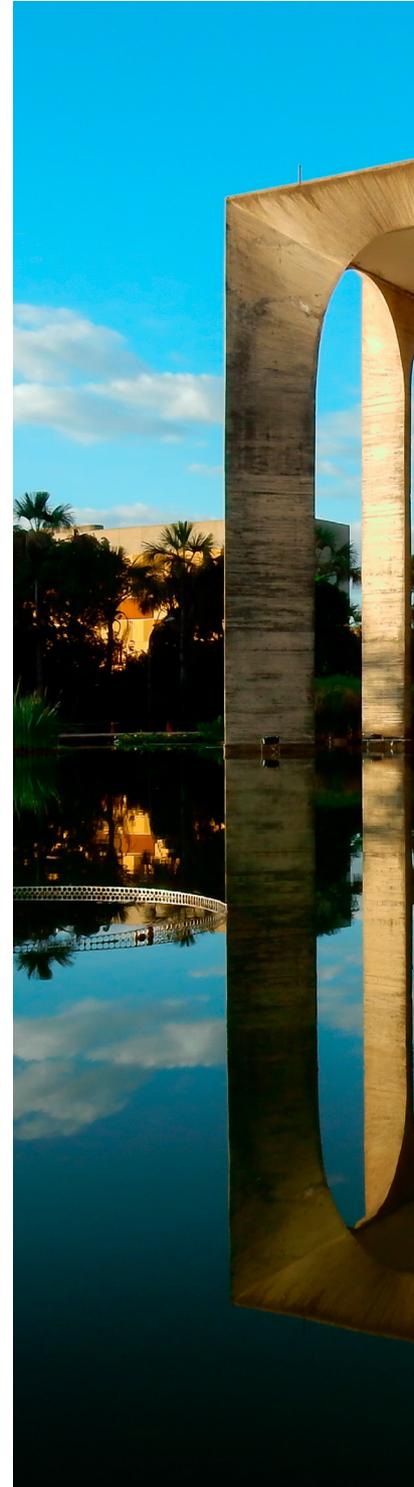
Não podemos nos esquecer, também, da realização do **Hora H**, o nosso evento de revisão intensiva para a 1ª fase do CACD, que aconteceu na modalidade presencial na nossa sede em São Paulo, com transmissão *on-line* para quem não conseguiu comparecer pessoalmente mas, mesmo assim, não quis deixar de fazer uma revisão de qualidade para a prova.

Também lançamos novos episódios do **SapiCast**, o *podcast* do Sapiencia, no qual abordamos assuntos relevantes para a preparação para o CACD, como dicas de estudo, compartilhamento de informações sobre os temas mais quentes dos editais, e muito mais.

Além disso, estreamos nossa mais nova *websérie*, **“FAQ CACD - Perguntas e Respostas”**, que, como o nome sugere, teve como foco esclarecer as dúvidas mais comuns entre os candidatos à diplomacia.

E se você pensa que acabou, se enganou. Desde o começo deste ano, já compartilhamos muitos artigos interessantes no **Blog Sapi**, a nossa plataforma voltada para a publicação de indicações de leituras importantes para o concurso, fatos históricos e atualidades, dicionários jurídicos e de economia, entre outros temas que todo aspirante a diplomata deve saber.

Para ler os conteúdos do Blog, basta acessar o nosso site www.cursosapiencia.com.br.





CURSO REGULAR EXTENSIVO 2.0

O **Curso Regular Extensivo (CRE)** versão 2.0 tem como finalidade preparar candidatos para a 1ª fase do exame do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD), fornecendo todo o conteúdo programático elencado no edital de forma inteligente e organizada.

As aulas são ministradas através do método expositivo/teórico e acompanhadas de material complementar, permitindo ao candidato construir um caderno de estudos objetivo e atualizado. Inéditas, elas também apresentam exercícios, bibliografias e estratégias de estudo.

Além disso, todas as aulas são transmitidas ao vivo no período noturno (entre 18h30 e 22h), dando ao aluno a oportunidade de interagir com o professor via *chat* durante as transmissões, enviando mensagens e perguntas em tempo real. As aulas também ficam gravadas na plataforma para que seja possível consultá-las depois.

Acesse o site www.cursosapientia.com.br para conhecer nossa proposta e garantir a sua vaga na nova turma do Curso Regular Extensivo 2.0 com o desconto da *Black November*.



PROGRAMA PRIMEIROS PASSOS

Se você precisa atualizar suas estratégias de estudos para o próximo CACD, o **Programa Primeiros Passos** foi desenvolvido especificamente para você!

O Programa é um treinamento 100% *on-line*, feito sob medida para quem precisa de orientações básicas para estudar para o Concurso da Diplomacia. Ele foi desenvolvido por professores especialistas em aprovação no CACD e tem como objetivo te ajudar a sistematizar e planejar a sua preparação partindo do absoluto zero.

Para saber mais sobre o Programa Primeiros Passos e garantir a sua vaga com o desconto da *Black November*, basta acessar o nosso site www.cursosapientia.com.br.

TRILHAS DE FRANCÊS E ESPANHOL DO ZERO PARA O CACD

As Trilhas de Francês e Espanhol do Zero para o CACD têm como objetivo preparar candidatos iniciantes no estudo das línguas francesa e espanhola para atender às exigências dessas disciplinas no Concurso da Diplomacia. As Trilhas de Francês e Espanhol oferecem o passo a passo completo para quem está começando a estudar esses idiomas do absoluto zero, ou se encontra no nível iniciante, mas quer entender o que a banca irá exigir do candidato no momento da prova.

Diferentemente do que muitos pensam, para ser aprovado no concurso, o candidato não precisa necessariamente adquirir fluência nesses idiomas, e sim dominar de forma plena a estrutura das provas e as exigências da banca examinadora, que avaliam majoritariamente a competência da escrita. Trazer este domínio para você é justamente o objetivo das novas Trilhas de Francês e Espanhol do Zero.





Para saber mais sobre nossas Trilhas de Francês e Espanhol e fazer sua inscrição com o desconto da *Black November*, basta acessar o nosso site www.cursosapientia.com.br.

QUER SER DIPLOMATA, MAS NÃO SABE POR ONDE COMEÇAR?

Saiba que para isso criamos a **Orientação Pedagógica Individual para o CACD**, uma orientação 100% *on-line* e gratuita, cujo objetivo é orientar candidatos iniciantes que ainda não fazem ideia de como iniciar a preparação para o concurso.

Nossa intenção é ajudar você, futuro diplomata, que ainda não tem clareza de qual estágio da preparação se encontra ou está com dificuldade de traçar seu planejamento de forma estratégica, a encontrar um plano de estudos ideal considerando as suas maiores necessidades e dificuldades.

Que tal fazer o teste? Quanto antes você traçar o seu programa de estudos, com base no seu perfil de aprendizado, mais perto da aprovação no concurso você estará. Solicite sua orientação individual agora mesmo [clikando aqui](#).



Sapientia indica



Fonte: vchal / Shutterstock.com



Professora
Regina Araújo
Geografia



Fonte: LankS / Shutterstock.com

Push, ordem de despejo

Direção: Fredrik Gertten

Suécia | Canadá | Reino Unido

O direito à moradia

O século XXI é o século das cidades. Atualmente 60% da população mundial vive em áreas urbanas, e, de acordo com a ONU, serão 75% em 2050. O processo acelerado de urbanização é potencialmente positivo, pois aumenta a chance de inclusão econômica, educacional e cultural e tende a ampliar também o acesso aos serviços de saúde. Porém, para que essa potencialidade se reverta em qualidade de vida, é preciso enfrentar desafios urgentes e garantir o direito à cidade. Entre eles, destaca-se o direito à moradia.

O documentário “Push, ordem de despejo” acompanha as viagens de Leilani Farha, relatora especial da ONU sobre o Direito à Moradia, na busca por compreender as razões que levam à disparada dos preços de imóveis. De acordo com ela, “há uma enorme diferença entre a habitação como uma mercadoria e o ouro como uma mercadoria. O ouro não é um direito humano; a habitação, sim”.

No limite, o filme trata sobre a financeirização do mercado imobiliário, mostrando como bairros inteiros são transformados em ativos e reservas de valor para grandes corporações e milionários sem rostos nas principais cidades do mundo, enquanto não apenas os mais pobres, mas também as classes médias e os pequenos comerciantes são expulsos pelo aumento dos aluguéis. Depoimentos de locatários em cidades do Chile, do Canadá e da Alemanha evidenciam os efeitos da especulação imobiliária sobre a vida cotidiana nas cidades.

Na outra ponta, o longa metragem também dá voz aos sem-teto que recorrem às ocupações de imóveis urbanos



e convivem diariamente com a ameaça de despejo. Não se trata, portanto, da gentrificação tradicional, que transforma bairros populares em bairros descolados e também promove expulsões, mas de algum fenômeno de fato globalizado: os novos donos não são a classe média ascendente, mas magnatas internacionais que se apropriam de parcelas crescentes das cidades e as reconfiguram de maneira perversa. Trata-se de um excelente ponto de partida para a reflexão da geografia urbana contemporânea, bastante cobrada nas provas do CACD.





Professor Luiz Mochatti Espanhol



Aprender uma língua estrangeira requer muito estudo, curiosidade, planejamento e, sobretudo, prática constante. Ademais, é na repetição que vamos assimilando as palavras e estruturas. Por isso, indico a vocês duas revistas eletrônicas espanholas, que oferecem de forma gratuita uma série de atividades, separadas por níveis, de acordo com o Marco Comum Europeu de Línguas, e que visam trabalhar diferentes aspectos da língua espanhola. Apesar de essas revistas terem como público-alvo professores de espanhol como língua estrangeira, me parece ser um instrumento possível e muito útil para ser utilizado por alunos de diferentes níveis. Vale ressaltar a abundância de material e a diversidade de temas contidos nelas. Sendo assim, é possível trabalhar a gramática por níveis de língua e a aquisição de muito vocabulário.

As revistas são: **Formespa** e **MarcoEle**. Na sequência, apresento um pouco do que cada uma oferece. A primeira, Formespa, traz muitas atividades com músicas e vídeos, áudios de falantes nativos, além de indicação de diversos sites nos quais o aluno vai encontrar muito material para o aprendizado da língua espanhola. A Segunda, Marcoele, muito parecida à primeira, oferece atividades de gramática, música, vídeos, áudios, além de literatura. Vale lembrar que são revistas eletrônicas gratuitas e que permitem que se baixe para o computador o material todo em PDF. Para finalizar, um aspecto que me parece importante, as atividades costumam ter as indicações para o professor e nelas estão contidos os gabaritos de todos os exercícios.

O link das revistas:

formespa.rediris.es

marcoele.com

Espero que essa dica seja útil e ajude como complemento aos estudos para o CACD.

O retorno ao cenário internacional



Paulo Matiazi

CURSOS ONLINE PARA O CONCURSO DO ITAMARATY

- Recorde de aprovação de diplomatas
 - Aulas gravadas em estúdio
- Plataforma virtual interativa (aluno - professor)
 - Plantão de dúvidas
 - Atendimento personalizado



Sapiencia